

Evidenciação do capital intelectual em empresas brasileiras de capital aberto

Sara Lima Marinho

Nilton Cesar Lima

RESUMO: O Capital Intelectual (CI), compreendido como o somatório do conhecimento proveniente das habilidades aplicadas (conhecimento tácito), pelos membros da organização, promove determinada vantagem competitiva por materializar-se a um bom relacionamento que de certa forma contribui para uma série de desenvolvimento, dentre elas, a indução por novas tecnologias. Sob esse contexto, adotou-se um enfoque às empresas de Nível 1 de Governança Corporativa, com a finalidade de investigar: como as companhias brasileiras pertencentes ao Nível I de Governança Corporativa estão evidenciando os seus elementos de CI nos Relatórios da Administração? Dessa maneira, o objetivo do estudo foi investigar se tais empresas divulgam elementos de CI, buscando compreender a forma de divulgação e os elementos priorizados na caracterização do CI nos Relatórios de Administração. O estudo foi descritivo de abordagem qualitativa onde foram analisadas 29 empresas pertencentes ao Nível 1 de Governança Corporativa e os resultados mostraram que apesar de as empresas não terem obrigatoriedade de evidenciar informações concernentes ao CI, todas evidenciam ao menos um dos elementos 'competência dos colaboradores', de forma semelhante ao estudo realizado por Reina, Vicente e Ensslin (2008). As demais frequências de evidenciação seguidas foram: 'relações financeiras' com 100%; 'clientes' com 90%; e 'know-how' com 41%.

Palavras-Chave: Capital Intelectual. Evidenciação. Nível I de Governança Corporativa.

ABSTRACT: Intellectual Capital (CI), understood as a sum of the knowledge coming from the applied skills (tacit knowledge), by the members of the organization, promotes a certain competitive advantage by materializing to a good relationship that somehow contributes to a series of development, among induction by new technologies. In this context, a focus was taken on Corporate Governance Level 1 companies, with the purpose of investigating: how are Brazilian companies belonging to Level I of Corporate Governance are evidencing their CI elements in the Management Reports? Thus, the objective of the study was to investigate whether such companies disclose CI elements, seeking to understand the form of disclosure and the elements prioritized in the characterization of CI in the Management Reports. The study was descriptive of qualitative approach where 29 companies belonging to Level 1 of Corporate Governance were analyzed and the results showed that, although the companies do not have to present information concerning the CI, they all show at least one of the elements', similar to the study by Reina, Vicente and Ensslin (2008). The other frequencies of evidence followed were: 'financial relations' with 100%; 'Customers' with 90%; and 'know-how' with 41%.

Keywords: Intellectual Capital. Disclosure. Level I of Corporate Governance.

Recebido em: 30/04/2018

Aprovado em: 26/11/2018

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

Editores Científicos: Maria Aparecida de Souza Melo e Simone Pereira Silva Bastos

1 INTRODUÇÃO

A prática contábil tem sido utilizada no mundo dos negócios com finalidades diversas, dentre as quais a de cooperar com a transformação de um dado econômico-financeiro em uma informação decisória, por se tratar de uma fonte contábil fidedigna e consistente (SVEIBY, 1998). Com o forte aquecimento do mercado de capitais, essas informações contábeis passam a ser ainda mais necessárias, seja pela sua compreensibilidade, comparabilidade ou necessidade para um bom acompanhamento da performance e viabilidade dos negócios (PIACENTINI, 2004).

A Contabilidade representa uma ciência como propósito de fornecer informações e dados sobre a situação econômico-financeira da empresa, aos seus mais diversos usuários internos e externos à organização, como mecanismo que irá auxiliar no processo decisório. As informações contidas nos relatórios de administração contemplam as demonstrações contábeis e também as notas explicativas. São esses relatórios de administração que os stakeholders, sobretudo aos que possuam interesses diretos à organização, observam para avaliar performances e tendências futuras da empresa, bem como os investimentos na área social e em ativos intangíveis (DALMÁCIO; PAULO, 2004). Ou seja, a contabilidade em seus relatórios tem condições de retratar aspectos não só sobre a dinâmica métrica de um desempenho econômico-financeiro, como também aspectos sociais e até mesmo ambientais em suas notas explicativas, sendo capaz de evidenciar atos de responsabilização ambiental e social. No que compete ao social, tem-se o objeto de pesquisa – Capital Intelectual (CI).

Na era do conhecimento e das novas tecnologias difunde-se a necessidade, a

qualquer organização, de uma atitude flexível e estratégica capaz de permitir uma rápida adaptação às mudanças bruscas que ocorrem no ambiente (GOMES; SERRA; FERREIRA, 2007). Esses autores ainda demonstraram que, perante tal cenário, os ativos intangíveis, vulgo CI, representam um instrumento competitivo mais eficaz do que os ativos materiais, pois são dificilmente transmissíveis e imitáveis, potenciando a diferenciação e a manutenção de vantagens competitivas.

Para Piacentini (2004, p. 51), “as evidenciações voluntárias são meios utilizados pelos investidores para analisar as estratégias e os fatores críticos de sucesso da companhia, tanto no ambiente em que as mesmas estão inseridas, como sob o aspecto competitivo do cenário econômico”. Corroborando com essa proposição, a Deliberação nº29/86, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), acrescenta que: “as empresas precisam dar ênfase à evidenciação de todas as informações que permitem a avaliação da sua situação patrimonial e das mutações de seu patrimônio [...]”.

Nesse contexto, em que há uma orientação para evidenciação de informações sobre CI por parte das empresas devido à possibilidade de conquistar mais investidores, surge o seguinte problema de pesquisa: como as companhias brasileiras pertencentes ao Nível I de Governança Corporativa estão evidenciando os seus elementos de CI nos Relatórios da Administração?

Para responder à problematização de pesquisa proposta neste estudo, adotou-se como Objetivo Geral investigar quais empresas brasileiras pertencentes ao Nível I de Governança Corporativa divulgam elementos de CI, buscando compreender a forma de divulgação e seus respectivos elementos priorizados nos relatórios de

administração, fazendo uma análise comparativa com estudos anteriores de Reina, Vicente e Ensslin (2008).

Adotou-se tal enfoque do estudo para que pudesse ser possível, portanto, a realização de uma análise comparativa aos resultados encontrados por Reina, Vicente e Ensslin (2008).

Considerando a importância econômica das empresas com elevado capital social desempenhado na economia brasileira, seja como fonte de emprego, dinamismo ou de capacidade de inovação, entende-se que há barreiras enfrentadas na gestão para o incremento de seus ativos intangíveis. Pois, concebe-se que o capital social tem representatividade na viabilidade do negócio e carece por aporte de recursos. Daí, o surgimento de um parâmetro para identificação das preocupações apontadas pelas empresas quanto ao CI. Logo, tem-se a justificativa trazida nesse estudo sob como estão sendo tratados através dos relatórios contábeis os Capitais Intelectuais.

O artigo foi dividido em cinco seções, após esta de caráter introdutório, a segunda contém o referencial teórico da pesquisa. Na terceira seção, é apresentada a metodologia e a caracterização da amostra, na quarta seção, é discutida e realizada a análise dos dados. A quinta seção traz as conclusões do estudo e, por fim são apresentadas as referências.

2 REFERENCIAL

2.1 Governança Corporativa

A divulgação de informações, por parte das empresas, é fundamental para os seus usuários no processo de tomada de decisões. Dessa forma, a evidenciação objetiva, clara e completa torna possível que

haja maior grau de confiabilidade e segurança da informação, já que promove a oportunidade em optar por uma determinada alternativa em detrimento de outras (MALACRIDA; YAMOTO, 2006).

A governança corporativa tornou-se tema bastante discutido em todas as economias avançadas a partir da década de 1990 e essa se tornou uma ferramenta capaz de aumentar a eficácia da gestão organizacional. Para o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (IBGC, 2009, p. 29), “o Conselho de Administração, órgão colegiado encarregado do processo de decisão de uma organização em relação ao seu direcionamento estratégico, é o principal componente do sistema de governança”.

De forma que a contabilidade fornece informações concernentes às organizações, dados esses indispensáveis para o direcionamento estratégico e um dos principais elementos decisórios para a governança (IBGC, 2009). Para Iudícibus (2000, p. 28), “o objetivo principal da contabilidade (e dos relatórios dela emanados) é fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança”.

Dentre os elementos fundamentais da boa governança, tem-se a transparência (*disclosure*), ao mesmo tempo em que é indiscutível a importância do Conselho de Administração nesse processo. No que se refere à transparência, a literatura tem apresentado benefícios que estimulam a divulgação voluntária de informações por meio da governança corporativa (HIDALGO; GARCÍA-MECA; MARTINEZ, 2011).

São de responsabilidade do Conselho de Administração as principais decisões da empresa que envolvem três conjuntos de atividades: selecionar, avaliar, recompensar e

substituir. Desse modo, é necessário definir o direcionamento estratégico da organização, realizar a avaliação do seu desempenho financeiro e assegurar conduta ética e responsável (BATEMAN; SNELL, 2006). Para que haja um ato de governança corporativa, é necessário que envolvam decisões deliberativas do Conselho de Administração, devido à sua fundamental importância no processo, de modo que a transparência seja a prevalência do processo (IBGC, 2009).

Hidalgo, García-Meca e Martínez (2011) afirmam que os resultados de várias pesquisas envolvendo a relação entre *disclosure* e conselhos independentes confirmam o ponto de vista da Teoria da Agência, segundo a qual as empresas geridas de forma independente são mais propensas a divulgar informações de forma voluntária. No que se refere, à definição da quantidade e tipos de informações a serem evidenciadas, existem três conceitos utilizados: evidenciação adequada, evidenciação justa e evidenciação plena. Porém, para Iudícibus (2000, p. 117):

[...] não existe diferença efetiva entre tais conceitos [...], toda informação para o usuário precisa ser, ao mesmo tempo, adequada, justa e plena, pelo menos no que se refere ao detalhe que está sendo evidenciado. Afinal, o sentido da evidenciação é que a informação que não for relevante deve ser omitida.

Diante das dinâmicas de definição, uma tendência dominante na concepção de governança corporativa por Gendron (2018), diz respeito em compreender como os mecanismos, processos, relações e benefícios sociais pelos quais as corporações são controladas e dirigidas – promovem uma visão de que o desempenho geral de uma corporação e até mesmo de seu destino estão dentro da esfera de controle. Como se houvesse um arcabouço de regras e práticas

pelos quais uma diretoria garante a prestação de contas, a justiça e a transparência no relacionamento de uma empresa com sua organização, ou seja, a busca pela segurança do negócio que para alguns são difundidas pelo *accountatbility*.

2.2 Capital Intelectual

Segundo Davenport e Prusak (1998), os aspectos intangíveis que agregam valor aos serviços são todos baseados em conhecimento, habilidade técnica (know-how), criatividade, apresentação de marketing e inovação. Já os ativos tangíveis, em geral, possuem preços de mercado correntes e são depreciados à medida que são utilizados e desgastados pelo fator "passar do tempo". Ao passo que, o capital Intelectual é ilimitado, pois ele aumenta quando é estimulado.

Analisando-se o conteúdo dos conceitos de CI expostos na literatura, Antunes e Martins (2007) sugerem que, de forma geral, o CI representa o conjunto de todo o conhecimento proveniente das habilidades aplicadas pelos membros da organização, cujo propósito é fornecer vantagem competitiva, preservando os bons relacionamentos que de certa forma remetem ao desenvolvimento por novas tecnologias.

Sob outra perspectiva, Santiago Jr. e Santiago (2007, p.38), “o capital intelectual tem um conceito amplo que abrange os conhecimentos acumulados por uma organização, relativos a pessoas, metodologias, patentes, projetos e relacionamentos”. Percebe-se que o entendimento traz suas especificidades, elencando aspectos: estrutural, humano, organizacional, de inovação, de processo e intelectual. Ademais, esses autores ainda ressaltam vários aspectos reflexivos acerca da CI, ao relatarem que, a tecnologia vai mais além do que um simples processo de

informação, pois reúne conhecimento e deve ser usada de forma interativa na organização, de modo a alinhar pessoas, processos, momentos e incentivos na disseminação e utilização do conhecimento presente e do adquirido.

Stewart (1998) foi um dos primeiros autores com a definição de CI, demonstrando como a soma de todos os conhecimentos dos colaboradores da entidade é capaz de criar valor e, conseqüentemente, gerar riqueza que fluirá para a organização. Tem-se ainda Edvinsson e Malone (1997), que definem o CI como a informação e o conhecimento utilizado para criar valor. De modo complementar, Riahi-Belkaoui (2003) classifica o CI como o conhecimento específico e valioso que pertence à empresa. Entretanto, Mantilla (2000) adota uma definição mais completa e específica para o CI, destacando-o como o conjunto de sistemas e processos, constituídos pelo capital humano, estrutural e relacional, orientados para a produção e participação do conhecimento, em prol dos objetivos estratégicos da empresa.

Alguns estudos empíricos trouxeram as relações entre governança corporativa e capital intelectual, adotando como base comparativa organizações familiares, e revelaram que não há uma relação linear entre empresas familiares com capital intelectual, e inversamente proporcional se se considerar organizações com governança

corporativa (MUTTAKIN; KHAN; BELAL, 2015). Diante desse fato, alguns autores colocam em discussão a efetividade da existência de vantagens competitivas em organizações familiares, uma vez que, as escolas de pensamento intelectual demonstram que há bases intangíveis de criação de valor, por admitirem que o conhecimento e as competências são os fatores-chave da produção, e que a aprendizagem, o desenvolvimento e a renovação contínua se tornaram as principais capacidades organizacionais que impulsionam a competitividade (KIANTO *et al.*, 2018).

2.3 Componentes do Capital Intelectual

Nas classificações existentes, encontram-se os elementos de CI associados ao conhecimento e à capacidade de aprendizagem organizacional, à gestão de recursos humanos e, ainda, à tecnologia da informação, à marca, à liderança tecnológica, à qualidade dos produtos, aos clientes, ao *marketing share*, dentre outros (ANTUNES; MARTINS, 2007).

Como componentes do CI, o Quadro 1 revela os principais elementos, que ora nortearam o embasamento desta pesquisa quando se buscar nos relatórios contábeis as suas respectivas evidências.

Quadro 1 – Classificação dos elementos que compõem o CI.

Ativos	Capital Intelectual (CI)
Mercado	Potencial que a empresa possui em decorrência dos intangíveis que estão relacionados ao mercado, tais como: marca, clientes, lealdade dos clientes, negócios recorrentes, negócios em andamento e canais de distribuição.
Humano	Benefícios que o indivíduo pode proporcionar para as organizações por meio da sua <i>expertise</i> , criatividade, conhecimento, habilidade para resolver problemas, tudo visto de forma coletiva e dinâmica.
Propriedade intelectual	Ativos que necessitam de proteção legal para proporcionarem às organizações benefícios tais como know-how, segredos industriais, <i>copyright</i> , patentes e <i>design</i> .
Infraestrutura	Tecnologias, metodologias e processos empregados como: cultura organizacional, sistema de informação, métodos gerenciais, aceitação ao risco e banco de dados de clientes.

Fonte: Adaptado de Brooking (1996).

São componentes do CI: o capital humano, o capital estrutural e o capital social. No que se refere ao capital humano, têm-se os meios de produção que se encontram na cabeça e mãos dos colaboradores, o que representa o valor da empresa e a sua produtividade, deixando, portanto, de basear-se exclusivamente nas máquinas e trabalho intensivo, para terem como fundamento os trabalhadores, seus conhecimentos e aptidões pessoais. Dessa forma, o autor conclui que o capital humano é um dos principais responsáveis pelo sucesso das organizações, o que se evidencia a necessidade de incentivar uma cultura de valorização dos membros colaboradores, já que eles são o capital humano (BRÁS, 2003).

No que se refere ao capital estrutural, consiste no conjunto de conhecimentos pertencentes à empresa e, para este parâmetro, o conhecimento é independente dos trabalhadores, mesmo quando os colaboradores estão ausentes (LÓPEZ; CRIADO, 2002).

O capital estrutural integra os ativos intangíveis relacionados com a estrutura e os processos de funcionamento interno e externo da empresa, tais como as inovações, publicações, estratégia, sistemas e rotinas

(RIAHI-BELKAOUI, 2003). Em essência, entende-se que o capital estrutural é composto por aspectos que permitem a divulgação e captação para o conhecimento dentro da organização, de modo que haja a melhoria contínua.

Edvinsson e Malone (1997) dividem o capital estrutural em três componentes: o capital organizacional, que está relacionado com os sistemas de instrumentos que permitem o fluxo de conhecimento; o capital de inovação, que é a capacidade de inovar e renovar, traduzindo-se em copyrights e patentes; e, o capital de processos, que integra os processos, direcionados para trabalhadores para aumentar a eficiência dentro das empresas.

Já o capital relacional, consiste no valor dentre as relações emitidas ou percebidas com o exterior da empresa (NAVARRO; LEÓN, 2003). Para esses autores, deve-se incluir a notoriedade da marca, a lista de clientes, entre outros, de forma que as empresas gerem capital relacional quando os agentes internos estabelecem relações com os agentes externos, o que permite inferir que o capital relacional tenha uma vertente individual e outra coletiva. De modo complementar, Pomedá, Moreno e Rivera (2003) destacaram

que a utilização da denominação capital relacional é essencial, todavia inferem uma variante denominada de capital social, uma vez que consideram que esta espelha a riqueza e diversidade das relações com a sociedade.

2.4 Modelos de mensuração do capital intelectual

Os modelos de gestão do CI são aqueles que têm finalidade de atribuir valor tanto no sentido qualitativo quanto no quantitativo. A título de exemplo de modelos desenvolvidos com essa finalidade tem-se: o navegador da *Skandia* (EDVINSSON; MALONE, 1998); o *CI-Index* (ROOS et al., 1997); o *TechnologyBroker's CI Audit* (BROOKING, 1996); o *IntangibleAsset Monitor* (SVEIBY, 1998); e o *Balanced Scorecard* (KAPLAN; NORTON, 1997).

Por outro lado, os modelos de mensuração do CI são aqueles que visam atribuir um valor numérico, preferencialmente em valores monetários, consistindo-se em uma das partes dos modelos de gestão. São exemplos desses modelos a fórmula do CI: a *Skandia* (EDVINSSON; MALONE, 1998); a Diferença entre o Valor de Mercado e o Valor Contábil (STEWART, 1998; SVEIBY, 1998; ROOS et al., 1997; EDVINSSON; MALONE, 1998; CADDY, 2002; HOPE; HOPE, 2000); e, o *Intangibles-Driven-Earnings* (LEV, 2001).

3 METODOLOGIA

Este estudo é de caráter descritivo, pois investiga as formas de divulgação dos elementos de CI nos relatórios da administração, com propósito de observar os fatos, os registros e as classificações (GIL, 1999). A pesquisa possui abordagem

qualitativa, pois não utiliza instrumentos estatísticos robustos e técnicas sofisticadas na coleta e análise dos dados (RICHARDSON, 1999).

A realização do estudo ocorreu por meio da leitura e interpretação dos dados contidos nos relatórios da administração de empresas classificadas de Nível 1 de Governança Corporativa. Embora a pesquisa incluía a contagem numérica das empresas e dos elementos, bem como percentuais de elementos evidenciados, ela é classificada unicamente como qualitativa, já que o propósito norteia a compreensão quanto à evidenciação do CI nos relatórios de administração, como: notas explicativas, pareceres de auditoria e demonstrações contábeis, obtidos nos sítios eletrônicos das 29 empresas pesquisadas. Por conseguinte, adotou-se a análise do conteúdo por meio da leitura e interpretação dos textos e dados dos relatórios coletados de forma individual, abrangendo o aspecto qualitativo ao verificar se eles contemplavam associações em CI.

Assim, os relatórios foram analisados por meio da análise de conteúdo que, segundo Bardin (1977, p. 31) “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. A pesquisa é também documental, visto que foram utilizados dados secundários. Na visão de Richardson (1999, p. 253), esse tipo de pesquisa “não tem relação direta com o acontecimento registrado, senão através do elemento intermediário”, neste caso, os relatórios de administração.

A população desta pesquisa foi composta pelas 29 empresas listadas no Nível 1 de Governança Corporativa (N1GC), no ano de 2015. Esse segmento foi selecionado por apresentar o primeiro nível às classificações de compromisso de governança corporativa providas na B3, de modo que essas empresas tendem a ter seus relatórios mais claros, transparentes e de

acordo com as exigências pré-estabelecidas. A opção pelas organizações listadas no N1CG dá-se pelo fato de estarem no exato momento delas necessariamente se comprometerem com melhorias na prestação de informações ao mercado. Pois, de acordo com o IBGC (2009), tais práticas por melhorias envolvem a manutenção em circulação de uma parcela mínima de ações de 25% do capital, realização de ofertas públicas de ações, de modo a dispersar o capital, e melhorias constantes nas divulgações trimestrais das informações. Tal esforço, conduz as empresas a alcançarem o mais elevado padrão de Governança Corporativa. Foi possível considerar toda a população (29) como a amostra para pesquisa devido as empresas disponibilizarem todas as informações necessárias para a realização da pesquisa.

O universo populacional pesquisado contempla a amostra total e o capital social foi o critério adotado para a seleção, tal como o nível de governança corporativa. A adoção desse critério foi baseada na percepção de que as empresas com maior capital social e pertencentes ao N1CG tendem a divulgar mais informações em seus relatórios, já que possuem maior participação de capital de acionistas e visam a atender uma quantidade maior de usuários. Tal critério, foi adotado tendo como base os estudos de Reina, Vicente e Ensslin (2008) e Reina e Ensslin (2008). Estes autores também conduziram um estudo com uma

amostra de aproximadamente 29 empresas com maior capital social. Assim, as análises comparativas destes estudos se tornaram viáveis. É importante destacar que as empresas do Nível II não foram selecionadas devido ao número limitado nessa categoria.

Para análise dos dados, foi criado o Quadro 2 onde foram listados alguns critérios concernentes ao CI de acordo com Reina, Vicente e Ensslin (2008).

Para a realização do estudo, foram observadas e analisadas as informações contidas no relatório de administração das empresas selecionadas. A coleta de dados para esta pesquisa foi realizada por meio da leitura dos relatórios de administração publicados no sítio (endereço eletrônico, internet), durante o ano de 2015. As observações levantadas buscaram realizar associações com CI conforme critérios registrados em uma matriz adotada no Quadro 2. O registro da matriz foi feito da seguinte forma: quando os elementos não eram identificados nos relatórios, registrou-se na célula o código '0'; no caso de identificação de presença do elemento, registrou-se o código '1'. Após o processo de identificação dos elementos, foi feito o somatório, no eixo vertical, dos elementos presentes na divulgação dos relatórios da empresa. Simultaneamente, efetuou-se o somatório no eixo horizontal para investigação do número total de cada elemento identificado.

Quadro 2 – Análise de conteúdo dos relatórios da administração.

Critérios	Empresas				Total	%
	1	2	3	... 29		
Capital Interno						
Propriedade intelectual	0	0	0	0	0	0%
Patentes	0	0	0	0	0	1%
Direitos autorais	0	0	0	0	0	1%
Marcas registradas	1	0	0	0	0	1%
Recursos de infraestrutura	0	0	0	1	0	1%
Filosofia gerencial	0	0	0	1	0	1%
Cultura corporativa	0	0	0	1	0	0%
Processos gerenciais	0	0	1	1	1	0%
Sistemas de informação	0	0	0	1	1	1%
Sistemas de relacionamento	0	0	0	1	0	1%
Relações financeiras	1	1	1	1	1	1%
Capital Externo						
Marcas	1	0	0	1	0	1%
Clientes	1	1	1	1	0	1%
Fidelidade de clientes	0	0	0	0	0	0%
Nome da companhia	1	0	0	1	0	0%
Canal de distribuição	1	0	0	1	0	1%
Colaboração dos negócios	0	0	0	0	0	0%
Acordo licenciado	0	0	0	0	0	0%
Contrato favorável	0	0	0	0	0	0%
Acordo de franchising	0	0	0	0	0	0%
Competência dos colaboradores						
<i>know-how</i>	0	0	0	1	0	1%
Educação	0	0	0	1	0	1%
Qualidade vocacional	0	0	0	0	0	1%
Conhecimento relacionado ao trabalho	0	0	0	1	0	1%
Competência relacionadas ao trabalho	0	0	0	1	0	1%
Espírito empreendedor	0	0	0	0	0	0%

Fonte: Adaptado de Sveiby (1998, *apud* ENSSLIN; CARVALHO, 2007, p.485).

4 ANÁLISE DOS DADOS

A evidenciação do CI nos relatórios de administração das empresas brasileiras em N1GC foi examinada com o objetivo de verificar a existência de divulgação de dados sobre o capital intelectual, bem como as

empresas que mais divulgaram ou quais menos divulgaram. E, ainda, como foram evidenciadas essas informações pertinentes ao CI no ano de 2015.

De acordo com os resultados coletados na amostra em estudo, nota-se que a maioria das empresas divulgou de forma

voluntária em seus relatórios da administração os elementos que compõem o CI. Esse resultado corrobora com os contidos nos estudos realizados por Reina, Vicente e Ensslin (2008), cuja amostra revelou que quase todas as empresas apresentaram evidenciação voluntária de algum tipo de elemento de CI.

Destaca-se que diferentemente do estudo anteriormente mencionando (Reina; Vicente; Ensslin, 2008), todas as empresas

evidenciaram, no mínimo, um elemento correspondente ao CI, como pode ser notado no Quadro 3, a seguir. Dessa maneira, constatou-se que as empresas notam a importância de conceder aos usuários a informação e o tratamento relacionado aos elementos que compõem o CI, por mais que a divulgação não seja obrigatória.

Quadro 3 – Evidenciações e percentual de ocorrência.

Critérios	Total (29 empresas)	%
Capital Interno		
Propriedade intelectual	0	0%
Patentes	1	3%
Direitos autorais	1	3%
Marcas registradas	2	7%
Recursos de infraestrutura	13	45%
Filosofia gerencial	5	17%
Cultura corporativa	9	31%
Processos gerenciais	9	31%
Sistemas de informação	12	41%
Sistemas de relacionamento	17	59%
Relações financeiras	29	100%
Capital Externo		
Marcas	10	34%
Clientes	26	90%
Fidelidade de clientes	1	3%
Nome da companhia	12	41%
Canal de distribuição	18	62%
Colaboração dos negócios	0	0%
Acordo licenciado	0	0%
Contrato favorável	0	0%
Acordo <i>defranchising</i>	0	0%
Competência dos colaboradores		
<i>know-how</i>	12	41%
Educação	15	52%
Qualidade vocacional	1	3%
Conhecimento relacionado ao trabalho	12	41%
Competências relacionadas ao trabalho	12	41%
Espírito empreendedor	0	0%

Fonte: Adaptado de Sveiby (1998 *apud* ENSSLIN; CARVALHO, 2007, p.485).

No que se refere aos elementos do CI mais divulgados pelas empresas, têm-se os de capital interno: ‘relações financeiras’, com 100% das empresas que evidenciaram esse elemento; posteriormente, o ‘sistema de informação’ e ‘recursos financeiros’, conforme demonstra o Quadro 2. O componente não divulgado por nenhuma das entidades estudadas foi a ‘propriedade intelectual’, e apenas uma das empresas divulgou as ‘patentes’ e ‘direitos autorais’. Já no campo do capital externo, destaca-se esse critério como o elemento mais evidenciado nos relatórios de administração, pois 26 das 29 empresas evidenciaram os seguintes elementos: ‘clientes’ (90%), seguido de ‘canal de distribuição’ evidenciado por 62% da amostra. Dentre os critérios do capital externo, os não destacados nos relatórios de administração e que tiveram baixos índices na sua evidenciação, foram ‘colaboração dos negócios’, ‘acordo licenciado’, ‘contrato favorável’ e ainda o ‘acordo de *franchising*’.

Nos critérios de competência dos colaboradores, o que mais se destacou foi a ‘educação’ com 52%, seguido de ‘conhecimento relacionado ao ‘trabalho’, ‘competência’ e ‘*know-how*’, que foram evidenciados por 41% das companhias.

Sobre a natureza da evidenciação do CI, constatou-se que a maioria das empresas estudadas realizou a evidenciação voluntária do CI, de forma discursiva e narrativa por intermédio da produção textual em seus relatórios de administração. Para demonstrar como ocorre essa evidenciação, foram extraídas algumas informações textuais dos relatórios da administração, como apresentados a seguir, a fim de demonstrar a forma em que se apresenta:

a) *Capital Interno*

- Patentes:

O depósito de 51 novos documentos de patentes, totalizando 903 documentos, sendo 23% dos documentos depositados em 2015 relacionados a tecnologias que utilizam matéria-prima renovável” (BRASKEM, 2015).

- Sistemas de relacionamento:

Em 2015, procuramos estreitar relacionamento com entidades estudantis para fortalecer o nosso posicionamento como empresa que atrai jovens talentos. Assim, firmamos parceria com as Federações de Empresas Juniores dos estados do Rio Grande do Sul, Bahia e Rio de Janeiro, apoiando jovens profissionais em seu ambiente acadêmico, e com a Aiesec, entidade que promove a troca de experiência cultural, social e profissional entre jovens de todo o mundo. Também lançamos a plataforma Jovens Braskem (www.jovensbraskem.com.br), um espaço para disponibilizar conteúdos que ajudem os jovens a direcionar sua carreira e conhecer o dia a dia de trabalho na Braskem, a partir de depoimentos de diferentes profissionais. Os programas de estágio técnico e universitário tiveram cerca de 48.000 inscrições em 2015, o que reforça a atratividade da empresa frente a este público de interesse (BRASKEM, 2015).

b) *Capital Externo*

- Marca:

A pesquisa de valor de marca é realizada por consultoria externa e em 2014, último ano em que ocorreu a pesquisa, o valor da marca Cemig era estimado em R\$1.522 milhões, o que demonstra a força da marca, resultado do relacionamento da Empresa com seus clientes e investidores (CEMIG, 2015).

- Canal de distribuição:

Na distribuição de produtos desse segmento, os veículos rebocados representaram 59,1% da receita líquida, enquanto veículos especiais e vagões ferroviários alcançaram, respectivamente, 4,3% e 36,6% (RANDON, 2015).

c) *Competência dos colaboradores*

- Educação:

Presente em todos os Estados brasileiros e Distrito Federal, com 40 Escolas próprias, instaladas prioritariamente em regiões de acentuadas carências socioeconômicas, em 2015, a Fundação propiciou ensino formal, gratuito e de qualidade a 102.182 alunos em suas Escolas, na Educação Básica - da Educação Infantil ao Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio -, Educação de Jovens e Adultos e na Formação Inicial e Continuada voltada à geração de emprego e renda. Aos mais de 42 mil alunos da Educação Básica também foram assegurados, gratuitamente, uniformes, material escolar, alimentação e assistência médico-odontológica. Na modalidade de educação a distância (EaD), por meio do seu portal *e-learning* "Escola Virtual", beneficiou 592.424 alunos que concluíram ao menos um dos diversos cursos oferecidos em sua programação, além de outros 22.990, em projetos e ações em parceria, como os CIDs - Centros de Inclusão Digital, o Programa Educa+Ação e, em cursos de Tecnologia (Educar e Aprender) (BRADESCO, 2015).

d) *Conhecimento relacionado ao trabalho*

Em 2015, tivemos mais de R\$ 201,6 milhões de investimentos em programas de treinamento, totalizando cerca de 1,5 milhão de horas. Do total de contratações realizadas em 2015 destacamos os seguintes programas: a) 109 pessoas

para o Programa Trainee 2016. Participaram do processo seletivo jovens de todo o Brasil, além de estagiários e colaboradores do banco elegíveis ao programa; b) 4.008 estudantes para o Programa Estágio Itaú Unibanco, cujo índice de efetivação foi de 49%; c) 1.741 colaboradores para o Programa Aprendiz; d) 218 colaboradores para o Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência (ITAÚ UNIBANCO, 2015).

Diante da associação dos achados teóricos nesse estudo e da evidenciação voluntária do CI encontrada nessas organizações, percebe-se que conforme apontamentos nos estudos empíricos, é explícito o comportamento da governança corporativa em matéria de valorar a intangibilidade intelectual, que por sua vez é diferente das empresas familiares. Pois, adotam o desenvolvimento do CI como fator de vantagens competitivas capazes, portanto, de comungar que a aprendizagem e a renovação contínua são também os principais objetos da competitividade (MUTTAKIN; KHAN; BELAL, 2015; Kianto *et al.*, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As companhias brasileiras de capital aberto em NIGC não são obrigadas por Lei a divulgarem suas informações concernentes ao CI. Entretanto, constatou-se a partir dos resultados analisados e diante dos propósitos apresentados que: com relação à quantidade de informações evidenciadas por essas empresas, grande parte informou elementos relativos ao capital intelectual, cooperando por sua vez com os objetivos propostos nesse estudo. Resultados estes que comparados ao estudo realizado em 2008, possibilitou identificar a quantidade de empresas que divulgam,

mesmo sem serem obrigadas, e tem aumentando significativamente no decorrer dos anos. Das 29 empresas estudadas, todas divulgaram pelo menos um dos elementos de CI, de forma que 100% das companhias evidenciaram algum tipo dos critérios.

No que se refere às categorias de elementos capital interno, capital externo e competência dos colaboradores, foi evidenciado com maior constância a categoria competência dos colaboradores, de forma a corroborar com os resultados encontrados por Reina, Vicente e Ensslin (2008).

Desta forma, esse estudo não só corrobora com os achados apontados por Reina, Vicente e Ensslin (2008), como também evidencia que a prática do CI nas organizações tem sido uma forma de materializar as ações da governança corporativa. Cooperando, portanto, com os estudos encontrados por (MUTTAKIN; KHAN; BELAL, 2015; Kianto *et al.*, 2018) por demonstrarem que as vias competitivas da organização são capazes também de proporcionar o alinhamento da aprendizagem e a inovação, por envolver pessoas, processos, momentos e incentivos na disseminação e utilização do conhecimento presente e adquirido, estes também servidos como estímulos para sua prática contínua a partir do instante em que mecanismos de governança buscam explicitá-los em seus relatórios da administração.

Como fator de limitação, destaca-se a amostra utilizada, pois os resultados encontrados na pesquisa não podem ser generalizados devido à quantidade restrita. Como sugestão para pesquisas futuras, sugere-se que a amostra seja aumentada e

que sejam realizadas análises em anos posteriores a este e abrangendo outros níveis de governança corporativa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M.T.P.; MARTINS, E. Gerenciando o capital intelectual: uma proposta baseada na controladoria de grandes empresas brasileiras. *Revista Eletrônica de Administração – REAd*, v. 13, p. 1-23, 2007.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATEMAN, T.S.; SNELL, S. A. *Administração: novo cenário competitivo*. São Paulo: Atlas, 2006.

BRADERCO. *Demonstrações Financeiras*, 2015. Disponível em: <www.braderco.com.br>, Acesso em: 28 de jan. 2015.

BRÁS, A. *Proposta de Relato e Medida do Goodwill Gerado Internamente Pelo Capital Humano Organizacional*. Tese (Doutorado em Economia e Gestão). Universidade do Minho, Braga, 2003.

BRASKEM. *Relatório da Administração Braskem*. 2015. Disponível em: <www.braskem.com.br>. Acesso em: 22 de jan. 2016.

BROOKING, A. *Capital Intelectual: Ativos Básicos para a Terceira Empresa do Milênio*. Thompson Business Press, Londres, 1996.

CADDY, I. Issues concerning intellectual capital metrics and measurement of intellectual capital. *Singapore Management Review*, v. 24, n. 3, p. 77-88, 2002.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. *Deliberação CVM N.º 29*, de 05 de fevereiro de 1986. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br>>, Acesso em: 16 de jan. 2016.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG. *Relatório da Administração CEMIG*, 2015. Disponível em: <www.cemig.com.br>. Acesso em: 23 de jan. 2016.

DALMÁCIO, F. Z.; PAULO, F. F. M. A evidenciação contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 4, 2004, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2004. CD-ROM.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. *Working knowledge: How organizations manage what they know*, Harvard Business School Press, Boston, 1998.

EDVINSSON, L.; MALONE, M. S. *Capital intellectual*. São Paulo: Makron Books, 1998.

EDVINSSON, L.; MALONE, S. *Intellectual capital: the proven way to establish your company's real value by measuring its hidden brainpower*. London: Piatkus, 1997.

ENSSLIN, S. R.; CARVALHO, F. N. Voluntary disclosure of intellectual capital in the Brazilian context: an investigation informed by the international context. *International Journal Accounting, Auditing and Performance Evaluation*, v. 4, p. 478-500, 2007.

GENDRON, Yves. Beyond conventional boundaries: Corporate governance as inspiration for critical accounting research. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 55, p. 1-11, 2018.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas da pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, P.; SERRA, S.; FERREIRA, E. Medida e divulgação do capital intelectual: as empresas portuguesas cotadas na Euronext. *Revista Del Instituto Internacional de Costos*, v. 1, p. 88-115, 2007.

HIDALGO, R.; GARCÍA-MECA, E.; MARTINEZ, I. C. Corporate Governance and Intellectual capital disclosure. *Journal of Business Ethics*, v. 100, p. 483-495, 2011.

HOPE, J.; HOPE, T. *Competindo na terceira onda*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. *Governança corporativa*. 2009. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

ITAÚ UNIBANCO. *Demonstrações Financeiras*, 2015. Disponível em: <www.itau.com.br>. Acesso em: 27 jan. 2016.

IUDÍCIBUS, S. de. *Teoria da contabilidade*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KAPLAN, R., NORTON, D. *A estratégia em ação: balanced scorecard*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KIANTO, A.; RITALA, P.; VANHALA, M.; HUSSINK, H. Reflections on the criteria for the sound measurement of intellectual capital: A knowledge-based perspective. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 57, p. 1-19, 2018.

NAVARRO, J. G. C.; LEÓN, I. M. M. Gestion dinámica del capital intelectual desde la perspectiva de los indicadores externos. En: Congreso Nacional de la Asociación Científica de Economía y

- Dirección de la Empresa (13º: 2003: Salamanca). In: *XIII Congreso ACEDE (Salamanca): Dirección de Empresas y Creación de Valor*. Salamanca: Asociación Científica de Economía y Dirección de la Empresa. 2003.
- LEV, B. Measuring the value of Intellectual Capital. *Ivey Business Journal*. p. 16-20, 2001.
- LÓPEZ, N; CRIADO, U. El Capital Intelectual en la Empresa: análisis de critérios y clasificación multidimensional. *Economía Industrial*, p. 163-171, 2002.
- MALACRIDA, M. J.; YAMAMOTO, M. Governança corporativa: nível de evidenciación das informações e sua relação com a volatilidade das ações da Ibovespa. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo, p. 65-79, 2006.
- MANTILLA, S. Capital Intelectual. In: *X Simpósio Contaduría, Universidad de Antioquia*, Medellín, 2000.
- MUTTAKIN, M. B.; KHAN, A.; BELAL, A. R. Intellectual capital disclosures and corporate governance: An empirical examination. *Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting*, v. 31, p. 219–227, 2015.
- PIACENTINI, N. *Evidenciación contábil voluntária: uma análise da prática adotada por companhias abertas brasileiras*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.
- POMEDA, J.; MORENO, C.; RIVERA, C. Hacia um modelo regional de Capital Intelectual: El caso de la región de Madrid. In: *XII Congreso AECA*, 2003.
- RANDON. *Relatório da Administração*, 2015. Disponível em: <www.randon.com.br>. Acesso em: 25 de jan. 2016.
- REINA, D.; ENSSLIN, S. R. Evidenciación voluntária do capital intelectual nos relatórios da administração em empresas do novo mercado no ano de 2006. In: *Congresso Internacional de Gestão de Tecnologia e Sistemas de Informação*, 2008.
- REINA, D.; VICENTE, E.; ENSSLIN, S. Capital intelectual: uma análise comparativa da evidenciación voluntária em empresas de governança corporativa no ano de 2006. In: *18º Congresso Brasileiro de Contabilidade*, Gramado, 2008.
- RIahi-BELKAoui, A. Intellectual capital and firm performance of US multinational firms: a study of the resource based and stakeholder views. *Journal of Intellectual Capital*. v. 42, p. 215-216, 2003.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3ª ed. Atlas, São Paulo: 1999.
- ROOS, J.; ROOS, G.; EDVINSSON, L.; DRAGONETTI, N. C. *Intellectual Capital: navigating in the new business landscape*. London: Macmillan, 1997.
- SANTIAGO JÚNIOR, J. R. S.; SANTIAGO, J. R. S. *Capital intelectual: o grande desafio das organizações*. São Paulo: Novatec, 2007.
- STEWART, T. A. *Capital Intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- SVEIBY, K. E. *A nova riqueza das organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SOBRE OS AUTORES

Sara Lima Marinho

Bacharel Sara Lima Marinho em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia.

Nilton Cesar Lima

Doutor e mestre em Administração pela Universidade de São Paulo, Bacharel em Ciências Contábeis e em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Docente da Universidade Federal de Uberlândia. Contato: niltoncesar@ufu.br.